



**Governo do Estado de São Paulo  
Controladoria Geral do Estado  
Centro de Recebimento e Tratamento de Manifestações**

**DESPACHO**

**Nº do Processo:** 009.00000820/2024-33

**Assunto:** Pedido de informação - Protocolo SIC.SP nº 42394246969

**SECRETARIA:** Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação

**UNIDADE:** Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" - CEETEPS

**EMENTA:** Pedido de acesso ao Termo de Cooperação e toda documentação do acordo firmado entre o Centro Paula Souza e a Motorola Solutions, que teve como finalidade, oferecer um curso pós-técnico em Radiocomunicação. Inovação recursal. Não conhecimento.

**DECISÃO CGE-CODUSP/LAI Nº 00083/2024**

1. Trata o presente expediente de pedido formulado ao Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" - CEETEPS, conforme consta do protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em resposta e em recurso o órgão forneceu os documentos solicitados pelo requerente. Insatisfeito, o interessado interpôs o presente apelo cabível a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, nos termos do artigo 20, do Decreto nº 68.155, de 09 de dezembro de 2023, alegando que: *"Na resposta, não fora informado de forma pormenorizada, a relação dos equipamentos que a Motorola cedeu ou doou para ministração de cursos."*
3. Em análise do caso concreto verifica-se que os documentos solicitados foram disponibilizados pelo órgão e que o requerente inovou em segundo grau recursal realizando um novo

pedido relativo às informações fornecidas que, embora esteja diretamente relacionado ao seu objeto, traz consigo novos elementos que extrapolam o escopo do pedido inicial.

4. Nesse sentido, vale destacar que a alteração do objeto do pedido de acesso ao longo dos recursos caracteriza-se como inovação recursal e que o órgão não é obrigado a responder os novos pedidos, uma vez que os recursos são destinados à discussão dos motivos da negativa de acesso original.
5. Por fim, sugere-se que o recorrente formule um novo pedido para possibilitar a apreciação da matéria pelas instâncias administrativas iniciais.
6. Assim, considerando que o pedido inicial foi atendido e que o presente recurso não encontra respaldo na legislação vigente para ser conhecido, carecendo, portanto, de motivação e do pressuposto recursal da negativa de acesso, **não conheço do recurso**, com fundamento no artigo 20 do Decreto nº 68.155/2023.
7. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 22 de abril de 2024.

**Valmir Gomes Dias**

Coordenador de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público



Documento assinado eletronicamente por **Valmir Gomes Dias**, **Coordenador de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público**, em 22/04/2024, às 14:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.sp.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0025640538** e o código CRC **212EF099**.